



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 383/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1941/2009 – 67 Volumes.

Apenso: Processo nº 2423/2009.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Agência de Comunicação Social - AGECOM.

4- Exercício: 2008.

5- Responsáveis: Sr. Hiel Levy Maia Vasconcelos, Chefe da AGECOM.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Informação nº 281/2014 (fls. 13360/13362).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 728/2015-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 13363/13365)

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Agência de Comunicação Social – AGECOM. Exercício de 2008.

Contas Regulares, com Ressalvas. Quitação ao responsável. Recomendação à atual Administração. Determinação à próxima Comissão de Inspeção.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas, nos termos dos artigos 1º, II, c/c o art. 22, II, todos da Lei nº 2423/1996 (RITCE), a Prestação de Contas, referente ao exercício de 2008, da **Agência de Comunicação Social - AGECOM**, de responsabilidade do Senhor **Hiel Levy Maia Vasconcelos**, Secretário de Estado-Chefe da AGECOM e Ordenador de Despesas, à época;

9.2- Dar quitação ao responsável, determinando a ele, ou a quem lhe houver sucedido a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes, conforme art. 24, da LO/TCE;

9.3- Recomendar à atual Administração da ex-Agência de Comunicação Social (AGECOM), hoje Secretaria Estadual de Comunicação Social - SECOM, maior presteza e zelo em relação às Prestações de Contas futuras, para que não se repitam as falhas demonstradas no Relatório Conclusivo 24/2012 às fls. 990/1001 e no Parecer nº 2697/2012-MP-FCVM às fls. 1002/1011, cujas cópias reprográficas deverão a ela ser remetidas, notadamente que:



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 383/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- Registre no sistema ACP, hoje e-contas, de todas as portarias de inexigibilidade que adjudicaram os objetos das contratações;
- Proceda ao registro dos Bens Móveis do subgrupo Imobilizado do Ativo Permanente, em sua totalidade;
- Proceda a contabilização, na Variação Patrimonial Ativa Resultante da Execução Orçamentária, do Material de Consumo adquirido conforme informado no Relatório Circunstanciado de Atividades.

9.4- Determinar à próxima Comissão de Inspeção que ao analisar as Contas da atual SECOM verifique se já foi dado baixa na responsabilidade da **Sra. Zilmar de Souza Lima**, referente ao adiantamento no valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais);

9.5- Após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 - RITCE, adote as providências do artigo 162, §2º, do RITCE.

Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que votou pela Irregularidades das Contas, aplicação de multa aos Srs. Hiel Levy Maia Vasconcelos e João Evangelista de Santana Neto e envio de cópias de documentação ao MPE.

10- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 04 de maio de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral